REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

ATA Nº 11

de 06 de junho de 2023

(N. º1 do Artigo 57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

ABERTURA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas 09:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta vila de Almeida, foi realizada a reunião ordinária, sob a Presidência do Senhor António José Monteiro Machado, estando presentes os Senhores Vereadores Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Alcino Miguel dos Santos Morgado, Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho e Maria de Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente perguntou aos Senhores Vereadores se tinham algum assunto para tratar no período antes da ordem do dia, tendo a Senhora Vereadora Catarina Vilhena perguntado se era possível consultar o processo respeitante às alterações do projeto das Portas de S. Francisco, em Almeida e parecer da DRCC.

O Senhor Presidente explicou que não se trata de um projeto, mas sim de medições e orçamento que estão a ser feitos com o empreiteiro em relação aos materiais, não se alterando a conceção e que em relação ao parecer fá-lo-á chegar aos Senhores Vereadores.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves relevou o continuado pedido que foi feito em termos da informação, bem como iniciar precisamente a questão do famoso artigo do orçamento que ainda não sabem qual é e que faz com que os contratos venham às reuniões de Câmara, nomeadamente os pareceres prévios vinculativos, a listagem das casas que também ainda não chegou, assim como, os relatórios dos contratos interadministrativos das Juntas de Freguesia.

Mais referiu, que lhes interessa muito saber se o relatório pedido sobre a Feira de Caça e Pesca de 2022 em que estado está e se lhes vai ou não ser entregue, gostando também de perceber como se organiza o Cerco de Almeida, qual a sua dinâmica e quais as formas como se programa esta atividade, com acesso a essa informação.

Gostariam também de obter informação concreta sobre a obra do Imaculada Business Center, perguntando qual o ponto de situação.

O Senhor Presidente referiu que os pedidos ficam registados em ata e que tentará fazê-los chegar.

Sobre a obra do Imaculada Business Center esclareceu que o projeto está terminado, faltando alguns arranjos exteriores e colocação de uma porta e decoração, que não está incluída no projeto, nomeadamente algum mobiliário e equipamento para o bom funcionamento e abertura do espaço que se prevê para breve.

O Senhor Vereador perguntou se já tinha sido feita a receção provisória, tendo o Senhor Presidente respondido que será feita à posteriori e que a partir daí começaria a contar o prazo da garantia.

ORDEM DO DIA

- ATA:
- Apreciação e Aprovação da Ata Nº. 10 de 16 de maio;

- DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

- 9.ª Modificação aos Documentos Previsionais, 6.ª Alteração ao Orçamento e 5.ª Alteração às Grandes Opções do Plano - Conhecimento;

- SUBSÍDIOS:
- À Comissão de Festas do Sr. dos Enfermos - Mesquitela;

- À Comissão de Festas de S. João - Poço Velho;

- Ao Sporting Clube de Vilar Formoso - Atualização das Inscrições de Atletas;

- Pedido de Apoio Económico para Intervenção Habitacional;

- Rampa de Almeida/ Perícia de Almeida - Nave de Haver;

- FORNECIMENTO DE ÁGUA:
- Pedido de Pagamento de Dívida de Água em Prestações;

- ASSOCIAÇÕES:
- Participação do Município de Almeida enquanto Município / Associado Fundador na Constituição da ACVE - Associação das Cidades e Vilas Equestres - Aprovação dos Estatutos;

- PROTOCOLOS:
- Protocolo de Cooperação a Celebrar entre o Município e o Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso;

- Contrato a Celebrar entre o Município e a Federação de Andebol de Portugal para a Organização de Competições Oficiais;

- ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.:
- Ação de Anulação de Sentença do Tribunal Arbitral;

- INSCRIÇÃO MUNÍCIPES USO DA PALAVRA:
- Carlos Manuel Monteiro Santos Pereira - Junta de Freguesia de Vilar Formoso;

- ATA:
- Apreciação e Aprovação da Ata Nº. 10 de 16 de maio;

O Senhor Presidente colocou à apreciação e aprovação a ata número 10, respeitante à reunião ordinária do dia 16 de maio de 2023, tendo sido dispensada a sua leitura, uma vez que a mesma foi oportunamente enviada aos Senhores Vereadores.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena chamou a atenção para três pequenos lapsos.

Perguntou também se em relação aos nomes de pessoas nas atas, que depois são colocadas on line na página da internet até que ponto seria ou não permitido ao abrigo do RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, referindo que de acordo com um parecer da CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados, datado de 18 de abril último em que refere que a publicação on line não pode ser feita com o nome das pessoas, ou seja, deverá ser anonimizada.

O Senhor Presidente em relação ao assunto esclareceu que nos casos das deliberações da Câmara, existem requerimentos assinados pelos requerentes com entrada no sistema, dando autorização para se proceder em conformidade, mas no caso de listagens e sem a permissão dos visados não deve ser publicitada, no entanto, será solicitado ao Departamento Jurídico o competente parecer.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves disse que são sempre situações extremamente desconfortáveis, sendo certo que os assuntos têm de ser tratados, mas preferia não saber quem são as pessoas. Acrescentou que deve haver uma forma de tratar esses processos com um registo ou um número.

O Senhor Presidente disse que a forma de decisão tem sido unânime para todos utilizando a mesma regra, não se discutindo quem precisa mais ou menos. Relembrou que a Senhora Vereadora Catarina na última reunião levantou a questão num processo idêntico de haver problemas sociais, tendo sido dadas indicações para a Área Social prestar o devido acompanhamento e no caso de pedidos públicos o tratamento será o que é praticado, no entanto, e como já foi referido, o parecer será analisado pelo Departamento Jurídico.

A Senhora Vereadora referiu que não é de bom tom expor publicamente a vida das pessoas, concordando que a informação seja prestada e verificada a melhor maneira de se proceder.

Após a devida correção e esclarecimento sobre a proteção de dados pessoais, o Senhor Presidente colocou a referida ata a votação tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

- DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:
- 9.ª Modificação aos Documentos Previsionais, 6.ª Alteração ao Orçamento e 5.ª Alteração às Grandes Opções do Plano - Conhecimento;

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento dos Despachos exarados no âmbito da Delegação e Subdelegação de Competências previstas no artigo 34º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, respeitante à 9ª Modificação aos Documentos Previsionais, 6ª Alteração ao Orçamento e 5ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2023.

O Senhor Presidente explicou que a presente alteração se deveu a trabalhos complementares para a Casa de Abrigo de Valverde, acerto não previsto na Eficiência Energética, lançamento de projeto para Ampliação da Rede de Água no Caminho das Minas, em Vilar Formoso, aumento dos juros de empréstimos e despesas com a AMA, relacionadas com o Espaço do Cidadão.

- SUBSÍDIOS:

- À Comissão de Festas do Sr. dos Enfermos - Mesquitela;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício da Comissão de Festas do Senhor dos Enfermos – Mesquitela, datado de 05 de março do ano em curso, solicitando a atribuição de um subsídio, destinado a comparticipar despesas relacionadas com a organização da referida festa, que terá lugar na Freguesia de Mesquitela no primeiro fim de semana de agosto.

A Câmara, deliberou, por unanimidade, atribuir à Comissão de Festas do Senhor dos Enfermos, um subsídio de 200,00 € (duzentos euros).

- À Comissão de Festas de S. João - Poço Velho;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício da Comissão de Festas de S. João – Poço Velho, datado de 29 de maio do ano em curso, solicitando a atribuição de um subsídio, destinado a comparticipar despesas relacionadas com a organização da referida festa, que terá lugar em Poço Velho nos dias 7 e 8 de agosto.

A Câmara, deliberou, por unanimidade, atribuir à Comissão de Festas de S. João, um subsídio de 200,00 € (duzentos euros).

Tendo em conta que no programa de festas está prevista a realização de uma garraiada, a Câmara deliberou, por unanimidade atribuir aquela Comissão um subsídio de mais 500,00 € (quinhentos euros).

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves perguntou e de acordo com o que é solicitado para o espetáculo musical, se o licenciamento de direitos de autor é da competência da Câmara.

O Senhor Presidente informou que este licenciamento não é da competência da Câmara, mas sim da SPA – Sociedade Portuguesa de Autores, cujo pedido lhe deverá diretamente ser feito.

- Ao Sporting Clube de Vilar Formoso - Atualização das Inscrições de Atletas;

Pelo Senhor Presidente foi presente um e-mail do Sporting Clube de Vilar Formoso, datado de 10 de maio do ano em curso, remetendo declaração atualizada da Associação de Futebol da Guarda com o número de atletas inscritos para a época desportiva 2022 / 2023, num total de 115 (cento e quinze).

O Senhor Presidente informou que dos cálculos resulta a última tranche que ainda não foi liquidada no montante de 6.300,00 € (seis mil e trezentos euros) a favor do Sporting Clube de Vilar Formoso.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena fez a observação que como é que quase nos finais dos campeonatos ainda se verifiquem novas inscrições, o que achou estranho.

O Senhor Presidente esclareceu que se trata de uma atualização das inscrições de atletas e que o mail esclarecia que ainda havia inscrições de atletas internacionais de descendência Marroquina as quais estavam atrasadas e que, entretanto, chegaram com a respetiva certificação da Associação de Futebol da Guarda.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, no sentido de se fazer o acerto no pagamento da última prestação, no montante de 6.300,00 € (seis mil e trezentos euros).

- Pedido de Apoio Económico para Intervenção Habitacional;

Pelo Senhor Presidente foi presente o processo respeitante ao pedido de apoio económico para intervenção na habitação de Maria Alice Alves Rita, residente na Freguesia de Parada, constando os trabalhos de uma readaptação de uma casa de banho à atual dificuldade de mobilidade da proprietária e tendo em conta a sua dificuldade económica.

Do processo consta uma informação da Técnica Superior Carla Roso, bem como os respetivos orçamentos das firmas contactadas e respetivo parecer do Técnico Superior – Arquiteto Luís Martins, referindo que a proposta de Cláudio Lucas – Eletricidade, Recuperadores, Painéis Solares e Aquecimento Central, no montante de 3.141,00 € (três mil cento e quarenta e um euros) IVA incluído, é aceitável em face dos trabalhos a executar, no entanto, deixam à consideração superior.

O Senhor Presidente informou que a Câmara tem vindo a apoiar alguns destes trabalhos a 100%.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena referiu que apesar de alguma confusão que existe no processo necessitam o respetivo parecer da Área Social, justificando as dificuldades financeiras, assim como, o real estado de saúde da senhora, sendo essa parte que consideram mais importante e não lhes chegou.

O Senhor Presidente informou que foi buscar o último relatório que foi feito no início do processo, existindo uma caraterização da própria atividade e dos rendimentos que a pessoa tem e que está na sua posse com data de 26 de janeiro de 2022 e que volvido mais de um ano a situação até se poderia ter agravado.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves perguntou em relação ao assunto e concordando com o que a Vereadora Catarina disse sobre a demora na resolução do processo, no sentido de se ajudarem as pessoas dentro do âmbito da Ação Social se existia um regulamento para se fazer a avaliação destes processos e como se atua em termos de pagamento e se não implica uma interpretação complicada em termos de intervenção nas casas de privados.

O Senhor Presidente informou que não havia regulamento e que o pagamento era feito através da decisão que fosse tomada e não era a Câmara a fazer a intervenção, mas sim através de candidaturas da Segurança Social como arranjo de telhados, casas de banho e outras situações que no passado foram feitas com um limite de até 5.000,00 €. Informou que o que é atribuído na delegação de competências é no montante de 2.500,00 €, mas a Câmara vai mais além do que a Segurança Social está a fazer e o regulamento a ser aplicado é para coisas mais materiais e de simples resolução.

O Senhor Presidente acrescentou que se os Senhores Vereadores acharem que não há conforto suficiente para se deliberar sobre o valor que está em causa fica o assunto suspenso.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves disse que não são contra a atribuição do apoio dizendo que o Senhor Presidente está a fazer uma interpretação errada em relação à leitura que os Senhores Vereadores estão a fazer sobre o assunto, ou seja, não os preocupa a forma como irá fazer-se o pagamento e a questão do valor, mas sim o que é o enquadramento do apoio e como são tratados dentro da ação social e haver uma justificação que permita entender o que nos documentos não está.

O Senhor Presidente informou que está no documento que ele foi repescar (relatório social) e que podem consultar e que passa a constar do processo.

Ponderado que foi o pedido e após as necessárias explicações a Câmara, deliberou, por unanimidade, atribuir a Maria Alice Alves Rita, um subsídio de 2.553,66 €, (dois mil quinhentos e cinquenta e três euros e sessenta e seis cêntimos), sem IVA, devendo os Serviços Técnicos comprovarem a realização dos trabalhos.

- Rampa de Almeida/ Perícia de Almeida - Nave de Haver;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício da Guarda Unida Desportiva tendo em vista a realização das provas automobilísticas "Rampa de Almeida e Perícia de Almeida – Nave de Haver, respetivamente nos dias 08 de outubro e 11 de junho.

No âmbito da parceria existente entre as duas entidades, os encargos da Autarquia serão os seguintes: - Disponibilização de barreiras e fita para delimitar as provas; - Pórtico de meta com logotipo da Câmara (se houver); - Providenciar junto dos Bombeiros para a respetiva colaboração; - Divulgação do evento; - Disponibilizar a verba de 19.000,00 € (dezanove mil euros), para a realização das provas – 50% do valor antes da sua realização e 50% do valor uma semana após a realização de cada prova; - Eventuais brindes e material publicitário do Município para os pilotos; - Lanche no final das provas para os pilotos participantes e organização (após entrega dos troféus).

A exploração de eventuais bares e restauração ficará ao critério da Autarquia.

Os encargos do Guarda Unida Desportiva: - Organização das provas com todos os aspetos inerentes – regulamentos, pagamento de taxas, pagamento de seguros, planos de prova, colégio de comissários desportivos; - Requisição e liquidação dos respetivos valores dos serviços da GNR/PSP; - Atribuição de prémios monetários e troféus aos pilotos, de acordo com o regulamento; - Equipamentos necessários à realização das provas; - Cronometragem e respetivos encargos; - Elaboração e encargo com troféus; - Pódio para entrega de troféus.

O Guarda Unida Desportiva usufruirá dos valores inerentes a eventuais inscrições de pilotos.

O Senhor Presidente esclareceu que na reunião que teve com a Guarda Unida foi-lhe dito que a Rampa foi adiada por falta de adesão e com a data da perícia também não concordou pelo facto de coincidir com as Festas de Santo António da Freguesia de Nave de Haver, tendo sido acordadas as datas acima indicadas.

O Senhor Vice-Presidente disse que no seguimento dessas decisões houve nova reunião com o promotor e com a Junta e Associação de Nave de Haver, encontrando-se para a perícia a data de 11 de junho porque se insere nas festividades que irão ocorrer no fim de semana complementando-as no domingo. Em relação à rampa esclareceu que havia um constrangimento a nível de pilotos participarem por motivos vários e não haveria a desejada

participação. Após verificado o calendário nacional chegaram à conclusão que a nova data seria a de 08 de outubro, porque no fim de semana que o antecede terminam as provas a nível nacional a contar para o campeonato e a pré-disposição é diferente e os pilotos no final de época acabam por ter mais vontade de participar em provas que não contam para o campeonato, mas que lhes dão algum talento e conforto na participação.

Assim crê que na data escolhida haverá uma participação em massa e a prova terá o enfoque que se lhe pretende dar.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves disse que tinha uma observação a fazer, nomeadamente em relação às barreiras de cimento que estão no caminho para Castelo Mendo que promovem Pinhel, perguntando se Pinhel se tornou um grande patrocinador da prova.

O Senhor Vice-Presidente explicou que a Câmara não tem barreiras (new jersey) daquelas e começaram a ser montadas para a data inicialmente prevista recorrendo a quem está mais perto e a quem ajuda, ficando manifestamente mais barato, recordando que no ano transato foi a Conduril a ceder essas barreiras, mas este ano já não foi possível, recorrendo à Câmara de Pinhel que também colaborou na ajuda do transporte.

O Senhor Presidente disse que era importante referir que também é cedido equipamento da Câmara de Almeida a outras Câmaras e com o logotipo do Município.

Em relação à verba de 19.000,00 € (dezanove mil euros) a Senhora Vereadora Catarina Vilhena perguntou se corresponde ao total ou a cada uma das provas.

O Senhor Presidente informou que para a perícia a verba era de 4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros) e para a rampa 14.500,00 € (catorze mil e quinhentos euros).

Pelo Senhor Vereador Alexandre Gonçalves foi chamada a atenção para ser salvaguardada a situação dos seguros que deverá ser a Guarda Unida a ativá-los, caso venha a ser necessário e caso os Bombeiros tenham que intervir.

Apreciada que foi a parceria, a Câmara deliberou, aprová-la, por unanimidade.

- FORNECIMENTO DE ÁGUA:

- Pedido de Pagamento de Dívida de Água em Prestações;

Pelo Senhor Presidente foi presente um e-mail de Roseli Valente, datado de 26 de abril do ano em curso, solicitando que a dívida da fatura de água referente ao contador em nome de Ricardo Filipe Valente Belo, seja paga em prestações.

Relativamente ao pedido, a Técnica Superior Florbela Albano informou que as faturas se encontram em execução fiscal sendo o valor atual da dívida de 775,48 € (setecentos e setenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos), ou seja, (367,25 € das faturas de água que se encontram em execução fiscal + 355,02 € de taxa de justiça + 40,59 € de custas processuais e 12,62 € de juros vencidos à data).

Mais informa que o número 4, do artigo 196º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as alterações introduzidas pela Lei número 7/2021, de 26 de fevereiro, refere que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número de prestações exceder as 36 e o valor de qualquer uma delas ser inferior a um quarto da unidade de conta (102,00 €, de acordo com o artigo 174º, da Lei 12/2022, de 27 de junho).

Assim sendo, deixa à consideração do Executivo a respetiva decisão.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena perguntou se os casos superiores a 300,00 €, não tinha sido decidido não serem presentes à reunião de Câmara.

O Senhor Presidente disse que tem ideia nos casos inferiores aquele montante, mas que como terá de ser alterado o Regulamento onde irá ser também inserida esta questão até lá proceder-se-á desta forma.

A Câmara tendo em conta pedidos análogos, deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da dívida em 6 (seis) prestações.

- ASSOCIAÇÕES:

- Participação do Município de Almeida enquanto Município / Associado Fundador na Constituição da ACVE - Associação das Cidades e Vilas Equestres - Aprovação dos Estatutos;

Pelo Senhor Presidente foi presente um e-mail da Câmara Municipal de Ponte de Lima, datado de 30 de maio do ano em curso, remetendo minuta de proposta e os estatutos para constituição da ACVE – Associação das Cidades e Vilas Equestres.

O Senhor Presidente informou que por motivos de haverem algumas dúvidas levantadas por outros Municípios relativamente ao visto prévio do Tribunal de Contas e enquanto não estiverem devidamente esclarecidas, propôs que o assunto fosse retirado da ordem do dia.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente.

- PROTOCOLOS:

- Protocolo de Cooperação a Celebrar entre o Município e o Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso;

Pelo Senhor Presidente foi presente um protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Almeida e o Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso, cujo objeto visa regular os termos de cooperação entre as partes no âmbito e funcionamento do GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante de Almeida e Pólo de Atendimento de Vilar Formoso, comprometendo-se o Município de Almeida a atribuir mensalmente o valor de 1.400,00 €, destinado a comparticipar os encargos inerentes ao salário da Técnica afeta ao Pólo de atendimento de Vilar Formoso e outras despesas gerais de funcionamento, bem como, pagar o subsídio de férias e natal.

O Senhor Presidente esclareceu que a nível nacional e comparados com o Porto e outras cidades, a Câmara de Almeida é a que mais movimento tem.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves perguntou onde funciona o GAE em Almeida, tendo o Senhor Presidente informado que funciona na Ação Social, perguntando também se Vilar Formoso era uma extensão de Almeida e se era a Câmara a passar a informação tendo em conta que o protocolo não o refere e em termos de português não se entende muito bem, segundo sua opinião e que deveria ser revisto.

O Senhor Presidente disse que sim, exigindo que seja feita a introdução e seja a Câmara a enviar a informação e que em termos de entidade é uma só, sendo a Câmara a detentora do acordo, devendo proceder-se em conformidade com o preâmbulo e com as regras estipuladas da Direção Geral dos Assuntos Consulares das Comunidades Portuguesas, no entanto, poderão ser revistas as notas do Senhor Vereador.

Analisadas que foram as cláusulas do Protocolo de Cooperação – Gabinete de Apoio ao Emigrante, a Câmara deliberou, aprová-las, por unanimidade.

- Contrato a Celebrar entre o Município e a Federação de Andebol de Portugal para a Organização de Competições Oficiais;

Seguidamente o Senhor Presidente apresentou um Contrato para Organização de Competições Oficiais Scandibérico – Juniores Masculinos, a celebrar entre o Município de Almeida e a Federação de Andebol de Portugal.

O contrato tem como objetivo a transferência para a Câmara Municipal de Almeida o direito de organizar o Scandibérico – Torneio Internacional de Seleções de Andebol Juniores Masculinos, cuja supervisão e coordenação e de acordo com o caderno de encargos definido e aprovado pela Federação para os dias 02 a 04 de novembro de 2023.

Tendo em conta que a assinatura do referido contrato já foi feita no dia 05 de junho, o Senhor Presidente propôs a ratificação do mesmo.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves sugeriu que fosse feita uma aposta maior sobre o evento a nível de promoção e comunicação.

O Senhor Vice-Presidente concordou e acrescentou que são quatro Municípios a promover o evento e no ano passado foi a nível feminino e este ano a nível masculino, havendo a preocupação de fazer a rotação quer de equipas quer dos próprios jogos, sendo que este ano em Almeida vai decorrer em dia de semana por forma a que os alunos da escola possam assistir ao jogo, mas aberto a todo o público, com a diferença que no ano passado o jogo foi à noite e este será durante o dia e mais vocacionado para as escolas.

A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar as cláusulas e ratificar a assinatura do contrato, bem como o Caderno de Encargos.

- ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.:

- Ação de Anulação de Sentença do Tribunal Arbitral;

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento do recurso de ação de anulação de sentença arbitral efetuado pelas Águas do Vale do Tejo, S.A., e do despacho do Juiz Desembargador Relator do Tribunal Central Administrativo Norte, respeitante à decisão do Tribunal Arbitral.

O Senhor Presidente informou que irá também ser dado conhecimento à Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente deu também conta da reunião muito lacónica que teve com o Ministro do Ambiente, na qual foi proposta uma Comissão formada com alguns Municípios, mas que ainda não está formalizada, por uma equipa das Águas de Portugal, uma equipa do Governo e da Secretaria de Estado, prevendo-se que o assunto se arraste por mais alguns anos.

- INSCRIÇÃO MUNÍCIPES USO DA PALAVRA:

- Carlos Manuel Monteiro Santos Pereira - Junta de Freguesia de Vilar Formoso;

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Carlos Manuel Monteiro Santos Pereira, para tratar de assuntos relacionados com a Junta de Freguesia de Vilar Formoso.

O Senhor Carlos Pereira começou por dizer que na sequência da última reunião em que esteve presente no dia 02 de maio de 2023, deixou a nota em que momento algum agradeceu a forma como o processo da colaboração da poda foi feito. O que fez foi agradecer a intervenção do Senhor Dr. Alcino Morgado nesse mesmo processo. Quanto ao processo da poda disse que o processo foi sempre mal gerido desde o início, portanto deu a nota que em momento algum

queria ou iria valorizar esse tipo de colaboração porque não a houve, com agravante da falta de comunicação que existe entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vilar Formoso.

Deu nota de mais um caso em que no fim de semana e na sequência de uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara e relacionada com a Delegação de Competências em que saiu convencido que haveria colaboração no sentido da limpeza ser feita com mais celeridade e com estranheza sua recebeu um mail com indicação que não iria ser possível por indisponibilidade de funcionários afetos à limpeza urbana, não percebendo quem manda ou quem não manda e como essas coisas podem continuar a acontecer.

Perguntou sobre qual o ponto de situação das obras da Rua do Comércio, em Vilar Formoso, situação de alguns caixotes do lixo colocados nas vias e que estão a ser utilizados, pese embora alguns deles estivessem cintados que já não estão, intervenção na rua do túnel que já está há mais de um mês esburacada, sendo urgente e importante tratar dessa questão, o próprio túnel da Estação que se encontra em estado lastimável o que é vergonhoso.

Deu ainda nota de uma curva na Via Estruturante antes da loja Eletrovilar, onde ocorrem acidentes e se possível for, colocar no local, sinalização adequada por forma a diminuir a velocidade ou proteções laterais para o efeito.

Por último questionou se havia desenvolvimento em relação à máquina BA 101, em termos de manutenção porque seria importante resolver essa questão.

Chamou também a atenção para a limpeza da Ribeira dos Tourões porque merece ser vista de outra forma e com intervenção urgente não se cansando de reforçar esta questão, porque não chega a limpeza anual que é feita pelo Município apenas no recinto das festas, tendo em conta que, se está a tornar um caso de saúde pública.

Alertou também para a requalificação do Caminho das Minas, tendo em conta que existem no local vários agregados familiares e com as chuvas fica intransitável com a quantidade de lama.

Em resposta às questões colocadas o Senhor Presidente informou que há pouco tempo teve uma reunião nas Infraestruturas de Portugal e que por sinal correu muito mal, não tendo explicação para o que está a acontecer na Rua do Comércio. O troço está parado há um ano e três meses e não há um parecer definitivo, sendo necessário ir ao IMT para ver o parecer e as justificações que foram dadas não têm justificação. Informou que não há a aprovação do projeto definitivo da ligação do Parque TIR que já tem sete meses e o estudo prévio com o mesmo período de tempo, não havendo justificação para estes atrasos, mas logo que haja aprovação serão retomados os trabalhos na Rua do Comércio a não ser que se passe por cima das Entidades coisa que não quis fazer até agora, situação que começa a ficar insustentável.

Sobre a Rua do Túnel informou que está a ser acompanhada pelos Serviços que estão a contatar empresas para elaboração do trabalho o que não é fácil que uma empresa desloque equipamento para realizar uma obra de dimensão tão reduzida. Já alertou também os Serviços para a intervenção no Túnel e está a haver trabalho nesse sentido para se poder lançar a empreitada.

Sobre a curva/rua do Eletrovilar referiu que realmente é perigosa, mas é necessário também haver curvas para que a velocidade seja mais moderada, reconhecendo que tanto nesse como em outros locais a sinalização terá de ser melhorada.

Em relação à BA 101, informou que estão a ser feitos alguns testes de materiais para se fazer intervenção e decidir a forma de se poder fazer, estando o acompanhamento a ser feito pelos Serviços.

Sobre os caixotes disse que irá mandar verificar a questão e como não tinha conhecimento irá investigar porque não houve essa capacidade, porque as indicações não foram essas.

Relativamente à Ribeira dos Tourões o Senhor Presidente referiu que se tem trabalhado no sentido de se identificarem candidaturas para se poder fazer a limpeza e relativamente à saúde pública discordou porque o problema que existe é de vegetação, existindo alguns problemas da rede predial que estão canalizados para a ribeira e que já foi melhorada, mas insuficiente e que irá ser difícil de resolver.

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata. Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11:00 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente e por mim, José António Dourado Espinha, Técnico Superior da Divisão Administrativa e Financeira, que a subscrevi.

O Presidente da Câmara

Eng.º António José Monteiro Machado

O Técnico Superior

José António Dourado Espinha